

	<p>UEM - Universidade Estadual de Maringá PAD - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO DMP - DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO Av. Colombo, 5.790 - Bloco 11 - Sala 01 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 Fones: (44) 3011-4221 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 - Inscrição Estadual: Isenta www.uem.br email: (licitacao-pregao@uem.br).</p>	
---	--	---

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Divisão de Compras, da Diretoria de Material e Patrimônio da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM**, Autarquia Estadual instituída pela Lei Estadual nº 9.663/1991, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº:90050/2026</p> <p>TIPO: MAIOR RETRIBUIÇÃO</p> <p>AMPLA DISPUTA</p> <p>UASG: 926764</p>	<p>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</p> <p>À partir das 08h do dia 16/06/2026 até 07h59min. do dia 08/07/2026.</p> <p>Início da sessão / disputa de lances:</p> <p>08h do dia 08/07/2026</p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p>
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a outorga de permissão de uso, de área específica destinada à instalação e exploração em regime de permissão de uso de espaço público, para instalação e exploração de serviços de 01 (uma) cantina universitária no Câmpus Sede de Maringá (Bloco P01-RU-I), Estado do Paraná.

2 VALOR MÍNIMO DA RETRIBUIÇÃO MENSAL:

O valor mínimo da retribuição mensal é de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinco reais).

Item	Cód.GMS e CAT/SERV	Especificação	LOCALIZAÇÃO	ÁREA PRIVATIV A M2	VALOR MÍNIMO POR MÊS
1	0321-59390 19356	Cantina - RU-I	Bloco P01	**160,1 m²	R\$ 4.050,00
Local: Câmpus Universitário de Maringá, situado na Avenida Colombo, nº 5.790, bloco P01, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná. **correspondente a 125,0 m² de área para posicionar mesas e 35,1 m² de área privativa					

3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

3.1 O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações COMPRAS.GOV.BR. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.gov.br/compras/pt-br.

3.2 O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br, www.gov.br/compras/pt-br e www.npd.uem.br/cmp/del_divulgacao.zul.

3.3 Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Ademilson Lemes do Prado e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 282/2023, 1018/2023 e 665/2025-GRE, servidores(as) do(a)



Universidade Estadual de Maringá, ou em seus impedimentos por seus suplentes.

E-mail: licitacao-pregao@uem.br

Telefones: (44) 3011-4185.

Endereço: Avenida Colombo, 5790 – CEP 87020-900, Maringá / Paraná

O atendimento será feito no horário das 07h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h30min.

4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no endereço eletrônico licitacao-pregao@uem.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 10 das Condições Gerais deste Edital.

4.3 DISPONIBILIDADES DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÍNIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem abaixo do valor unitário mínimo fixado neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MAIOR RETRIBUIÇÃO MENSAL**.

2.2.1 O Critério de julgamento será o de maior oferta pelo valor da Permissão;

2.2.2 Como o sistema Compras.gov.br não aceita lances crescentes, será adotado uma metodologia de simulação: o item será registrado com um valor fictício (R\$ 100.000,00), e os licitantes informarão percentuais de 'desconto' sobre esse valor. Esses percentuais, na prática, simulará acréscimos - ou seja, valores maiores de taxa mensal que o licitante está disposto a pagar;

2.2.3 Os licitantes consignarão no campo apropriado do sistema eletrônico a oferta do percentual que pretenda acrescer ao valor fictício da permissão à partir do valor mínimo divulgado no Termo de Referência e no edital;

2.2.4 O lance mínimo inicial deverá ser de 4,05% (quatro inteiros e cinco centésimos por cento), tendo em vista que o valor mínimo da permissão de uso é de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinqüenta reais);

2.2.5 Exemplos de lances e correspondência com o valor da taxa mensal de concessão:

Desconto cadastrado (%)	Taxa mensal (R\$)
4,05% (mínimo permitido)	R\$ 4.050,00
4,50%	R\$ 4.500,00
4,55%	R\$ 4.550,00

2.2.6 Considerando que o percentual a ser lançado no sistema implicará diretamente na elevação do valor da retribuição mensal, recomenda-se especial atenção do licitante na oferta de lances, tendo em vista que o percentual ofertado será calculado no valor fictício da permissão como efeito da proposta final;

2.2.7 Recomenda-se ainda especial atenção do licitante que além dessa retribuição mensal, haverá a cobrança das tarifas de energia elétrica, água e esgoto, conforme item 1.2.9 do Termo de Referência.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:

4.1 A vigência contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua da publicação no PNCP que ocorrerá com a disponibilização do espaço (entrega da chave), considerando-se o previsto no artigo 94, da Lei 14.133/2021, que estabelece como condição para sua eficácia e visando não haver divergências entre início da vigência e da eficácia. O comprovante da publicação no PNCP deverá ser anexado ao e-Protocolo e encaminhado juntamente com o Termo de Permissão de Uso para a PERMISSONÁRIA.

4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos dos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por interesse das partes.

5 PROPOSTA PARCIAL:

5.1 Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

**6 CONSÓRCIO:**

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo I-A – Planta do local;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Minuta de Termo de Permissão de Uso;
- Anexo VII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo VIII – Declaração LGPD;
- Anexo IX – Modelo do Termo de Ciência das Condições Locais (Vistoria).



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do COMPRAS.GOV.BR, na página www.compras.gov.br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.compras.gov.br ou, ainda, por meio do telefone **0800 978 9001** (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.



3. DA VISTORIA

3.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento junto ao Senhor Marcos Antunes Moleiro, pelo telefone (44) 3011-5498.

3.1.1 O agendamento deverá ser feito em até dois dias anteriores à data da abertura da sessão do pregão eletrônico.

3.1.2 Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Anexo IX deste Edital.

3.1.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.1.4 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de desconto de preços em decorrência da execução do objeto.

4 PROPOSTA INICIAL

4.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

4.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital.

4.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

4.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas, observados o prazo e critérios de disputa estabelecidos neste edital.

4.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

4.3 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

4.4 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Informar o percentual de desconto;

5.1.1.1 O Critério de julgamento será o de maior oferta pelo valor da Permissão;

5.1.1.2 Como o sistema Compras.gov.br não aceita lances crescentes, será adotado uma metodologia de simulação: o item será registrado com um valor fictício (R\$ 100.000,00), e os licitantes informarão percentuais de 'desconto' sobre esse valor. Esses percentuais, na prática, simulará acréscimos - ou seja, valores maiores de taxa mensal que o licitante está disposto a pagar;

5.1.1.3 Os licitantes consignarão no campo apropriado do sistema eletrônico a oferta do percentual que pretenda acrescer ao valor fictício da permissão à partir do valor mínimo divulgado no Termo de Referência e no edital;

5.1.1.4 O lance mínimo inicial deverá ser de 4,05% (quatro inteiros e cinco centésimos), tendo em vista que o valor mínimo da permissão de uso é de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais);

5.1.1.5 Exemplos de lances e correspondência com o valor da taxa mensal de concessão:

Desconto cadastrado (%)	Taxa mensal (R\$)
4,05% (mínimo permitido)	R\$ 4.050,00
4,50%	R\$ 4.500,00



4,55%	R\$ 4.550,00
-------	--------------

5.1.1.6 Considerando que o percentual a ser lançado no sistema implicará diretamente na elevação do valor da retribuição mensal, recomenda-se especial atenção do licitante na oferta de lances, tendo em vista que o percentual ofertado será calculado no valor fictício da permissão como efeito da proposta final;

5.1.1.7 Recomenda-se ainda especial atenção do licitante que além dessa retribuição mensal, haverá a cobrança das tarifas de energia elétrica, água e esgoto, conforme item 1.2.9 do Termo de Referência.

5.2 Havendo divergência de especificações e unidade de medida entre o sistema GMS e COMPRAS.GOV.BR e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência.

5.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação. Este prazo é razoável para conclusão da licitação.

5.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços mínimos estabelecidos neste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01% (um centésimo).

6.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% (dez) por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

6.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior percentual, vedada a identificação do licitante.

6.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18 O Critério de julgamento adotado será de maior retribuição mensal, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20 Na participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

6.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.27 Persistindo o empate, será feito sorteio entre as propostas empatadas.

6.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.28.2.



6.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao mínimo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

7.2.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

7.2.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.3 não apresente as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores;

7.2.4 apresentar preço final inferior ao preço mínimo fixado.

7.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.9 Na participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

8.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, emitido pela Gestão de Materiais e Serviços (GMS), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

8.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



8.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

8.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão encaminhados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

9. DESCRITIVO DA PROPOSTA

9.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

9.1.1 Havendo divergência de especificações e unidade de medida entre o sistema GMS e COMPRAS.GOV.BR e o Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência;

9.1.2 A proposta definitiva deverá observar o preço unitário mínimo da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa;

9.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

9.2 A Carta Proposta de Preços, conforme Anexo III, deverá conter as seguintes informações:

9.2.1 Percentual de acréscimo;

9.2.2 Preço total final proposto, cotado em reais, em algarismos e por extenso, com duas casas decimais;

9.2.3 Assinatura do representante legal, identificando-o com o nome e o CPF;

9.2.4 Razão Social e CNPJ do licitante;

9.2.5 Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá este último;

9.2.6 No arredondamento do cálculo do preço a ser apresentado na Carta proposta, deverá ser considerado somente duas casas decimais após a vírgula, desprezando-se as demais.

9.3 Considera-se como representante legal qualquer pessoa credenciada pelo licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente.

9.3.1 Observação: cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

9.4 A apresentação dos documentos constantes neste item faz prova de que o licitante arrematante:

9.4.1 Tomou conhecimento de todas as informações, elementos técnicos instrutores e das condições locais para o cumprimento do objeto da licitação;

9.4.2 Aceitou os termos deste Edital;

9.4.3 Sendo vencedora da licitação assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços a serem contratados.

9.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.7 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços mínimos estabelecidos neste Edital.

10. OS RECURSOS



10.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

10.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

10.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

10.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

10.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

10.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

10.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

11.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um item.

12. FORMALIZAÇÃO DA PERMISSÃO DE USO E DO RECEBIMENTO

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o Termo de Permissão de Uso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade Permitente, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do Termo de Permissão de Uso, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela Permissionária durante a vigência do Termo de Permissão de Uso.

12.3 Antes da assinatura do Termo de Permissão de Uso, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

12.4 O adjudicatário deverá assinar o Termo de Permissão de Uso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa idônea aprovado pelo órgão Permitente, contados a partir do recebimento do aviso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o Termo de Permissão de Uso, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Termo de Permissão de Uso nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Termo de Permissão de Uso nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou superior ao orçamento estimado para a contratação.

12.6 O pagamento da retribuição pela Permissionária acrescido das despesas de taxas de água/esgoto e energia elétrica se dará mediante quitação de fatura emitida pela Diretoria de Contabilidade e Finanças da UEM com vencimento todo dia 10 (dez) de cada mês, sob pena de cobrança da multa de 2% (dois por cento) do valor devido, além de correção monetária e juros moratórios de 0,5% e, ainda, conforme o caso, rescisão do termo de permissão de uso.

**12.6.1 Despesas de energia elétrica e água/esgoto para pagamento juntamente com a retribuição mensal:**

a) 03 (três) vezes a tarifa mínima comercial fixada pela - COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica para o município de Maringá/PR (Grupo tarifário A4 –Azul – Poder Público Estadual - Tarifa de Ponta com impostos);

b) 03 (três) taxa mínima fixada pela Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná para o município de Maringá/PR (até 5m³ uso Comercial / Utilidade Pública / Poder Público – Demais Localidades – Água e Esgoto).

12.7 O período de faturamento compreenderá do dia 1º (primeiro) ao último dia do mês. A fatura referente ao primeiro mês será cobrada “PRO RATA DIE” e terá como vencimento o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do início das atividades de exploração dos serviços da cantina, que deve ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Permissão de Uso, e será atestado pelo Gestor do Termo de Permissão de Uso, tendo as faturas dos meses seguintes vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente.

12.7.1 Ao final da vigência deste termo de permissão de uso, a última fatura deverá ser cobrada “PRO RATA DIE” e o seu vencimento será de 10 (dez) dias após o final de tal vigência.

12.8 O Vencedor Permissionário terá descontos na Retribuição Mensal nos meses de férias acadêmicas, de acordo com o Calendário Anual da UEM, recessos acadêmicos e administrativos e paralisações (greves gerais) das atividades de ensino e administrativas do Campus.

12.8.1 Para o desconto referente ao Calendário Anual da UEM, será utilizada a publicação oficial do calendário acadêmico para o ano letivo, sendo considerados os dias de início e final da aulas.

12.8.2 Para o desconto referente aos recessos acadêmicos e administrativos, será utilizada publicações oficiais da UEM, sendo considerados os dias descritos nos Atos Oficiais.

12.8.3 Para o desconto referente as paralisações (greves gerais) das atividades de ensino e administrativas do Campus, será utilizada publicações oficiais da UEM e/ou publicações oficiais dos devidos sindicatos, sendo considerados os dias descritos nessas publicações.

12.8.4 O percentual de desconto a ser aplicado à Retribuição Mensal tem como base a quantidade de dias sem aulas no mês, conforme a seguinte tabela:

Dias sem aulas*	Desconto (em %)
Até 10 dias	0,00%
De 11 a 20 dias	50,00%
21 dias ou mais	75,00%

12.8.5 Obs. Os domingos são considerados dias sem aula.

12.8.6 O percentual de desconto aplicado à Retribuição Mensal abrangerá também a taxa de energia elétrica, água e esgoto.

12.9 Caberá ao Vencedor Permissionário, além do recolhimento da Retribuição Mensal, efetuar o pagamento de água, esgoto e energia elétrica, que comporão a fatura e deverão ser recolhidas integralmente, independentemente, de período de férias ou movimento paredista, de acordo com os valores definidos neste anexo.

12.10 Constitui encargo exclusivo da Permissionária solicitar a emissão de fatura, caso não a receba com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes de seu vencimento.

12.11 Antes de cada pagamento, a Permitente deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e



c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao Contrato.

14 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o Permissionário que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022 e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

14.7 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.8. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contrato.

14.8.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.9 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

15 DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

15.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

15.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

15.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

15.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.



15.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

15.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

15.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Maringá – Foro de Maringá, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Maringá, 15 de junho de 2026.

(Assinado digitalmente)
Robson Gonçalves da Silva
DIRETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

(Assinado digitalmente)
Ademilson Lemes do Prado
Pregoeiro



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



UEM - Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900

CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 - Inscrição Estadual: Isenta



TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Outorga de permissão de uso, de área específica destinada à instalação e exploração em regime de permissão de uso de espaço público, para instalação e exploração de serviços de 01 (uma) cantina universitária no Câmpus Sede de Maringá (Bloco P01-RU-I), Estado do Paraná, conforme especificações da planilha abaixo:

ITEM	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA PRIVATIVA M ²	VALOR MÍNIMO POR MÊS
01	Cantina - RU-I	Bloco P01	** 160,1 m ²	R\$ 4.050,00
Local: Câmpus Universitário de Maringá, situado na Avenida Colombo, nº 5.790, bloco P01, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná.				
** correspondente a 125,0 m ² de área para posicionar mesas e 35,1 m ² de área privativa				

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas para outorga de permissão de uso, de área específica destinada à instalação e exploração em regime de permissão de uso de espaço público, para instalação e exploração de serviços de 01 (uma) cantina universitária no Câmpus Sede de Maringá (Bloco P01-RU-I), Estado do Paraná e demais especificações constantes neste termo de referência.

1.2.2 Empresa adjudicatária deverá comprovar experiência no mediante apresentação de um atestado de capacidade técnica pertinente à prestação de serviços similares ao estabelecido nesta licitação (serviços de cantina).

1.2.3 Deverá oferecer serviços compatíveis com uma cantina universitária, tais como lanches, salgados, doces, balas, chicletes, sorvetes, refrigerantes, sucos naturais ou artificiais, café, leite e assemelhados, mediante prévia autorização da UEM.

1.2.4 Pela ocupação do espaço público e exploração dos serviços de CANTINA a empresa adjudicatária deverá apresentar uma proposta de retribuição mensal à UEM de, no mínimo, R\$ 4.050,00 (Quatro mil e cinquenta reais) mensais, a ser indicada na proposta, observando-se o espaço de acordo com o respectivo tamanho.

1.2.5 Da localização da cantina:

1.2.5.1 Para instalação e exploração desses serviços a UEM disponibilizará o espaço físico localizado no Bloco P01-RU-I no Câmpus Sede de Maringá.

1.2.5.2 As adequações eventualmente necessárias à adaptação e utilização do espaço físico para exploração do serviço, tais como divisórias, portas, fechaduras, instalações elétricas, etc., serão de responsabilidade da empresa vencedora, não assistindo ao mesmo o direito de retenção ou indenização sobre as mesmas.

1.2.5.3 A empresa adjudicatária poderá realizar obras, reformas ou implantar quaisquer benfeitorias de natureza civil no espaço cedido, desde que tenha obtido previamente autorização da Prefeitura do Câmpus Universitário da UEM, inclusive quanto à instalação da infraestrutura básica que acarrete reflexos na edificação para prestação dos serviços referidos neste instrumento, ficando as respectivas despesas a seu cargo, sem direito a retenção ou indenização ao final do prazo de vigência deste termo de permissão de uso.

1.2.5.4 Questões relevantes acerca do local:

- a) **SANITÁRIO:** A cantina universitária não possui sanitários privativos, razão pela qual seus usuários poderão/deverão usar os instalados e disponíveis no mesmo bloco onde ela será instalada.
- b) **COZINHA:** O espaço da CANTINA, objeto de seção de uso, não é contemplado com estrutura de "cozinha", não podendo a empresa manipular/fabricar alimentos, sendo permitido na sala de "ante preparo" apenas assar /ou fritar alimentos pré-fabricados. Não é permitido servir alimentos em forma de "buffet".
- c) **INFRA-ESTRUTURA:** A empresa deverá dispor dos mobiliários e todos os equipamentos necessários ao funcionamento da cantina, tendo em vista que deverão ser servidos salgados, doces, lanches, sucos, refrigerantes, café, leite, etc.
- d) **LIMPEZA E MANUTENÇÃO:** Constitui encargo da empresa a realização de serviços de limpeza (inclusive, destinação dos resíduos gerados) e manutenção do local destinado à cantina, bem como de suas instalações hidráulicas e elétricas, se necessárias, de forma correta, respondendo por todas as exigências dos órgãos ambientais competentes, bem como sobre os danos eventualmente causados ao meio ambiente, à UEM ou a terceiros. O descumprimento das normas ambientais cabíveis caracteriza hipótese de inadimplemento contratual, sujeitando a sua rescisão, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

1.2.6 Da coleta de resíduos gerados:

1.2.6.1 A empresa deverá, sob sua conta e responsabilidade, providenciar a destinação dos resíduos (lixo) produzidos durante a exploração dos serviços de cantina universitária da forma ambientalmente correta, respondendo por todas as exigências dos órgãos ambientais competentes, bem como sobre os danos eventualmente causados ao meio ambiente, à UEM ou terceiros em função da forma adotada em suas atividades.

1.2.6.2 As coletas dos resíduos poderão ser efetuadas pela mesma empresa que prestar serviços de coleta de lixo para a Universidade Estadual de Maringá, desde que através de contrato próprio firmado entre a empresa de coleta e a Permissionária, devendo os serviços se dar em dias e/ou horários diferentes dos contratados pela UEM.

1.2.6.3 O descumprimento das normas ambientais aplicáveis ao caso, caracteriza hipótese de inadimplemento de obrigação assumida, sujeitando a rescisão da Permissão, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

1.2.7 Do horário de funcionamento:

1.2.7.1 A empresa vencedora deverá prestar os serviços durante o mesmo horário de funcionamento da UEM, respeitando os domingos, feriados e recessos universitários e demais condições específicas que deverão ser definidas oportunamente.

1.2.7.2 Mediante autorização da UEM, a empresa poderá manter o funcionamento da cantina em dias não letivos em função da realização de eventos ou outras atividades na UEM, independentemente de suas naturezas.

1.2.8 Da retribuição mensal – mínimo: R\$ 4.050,00:

1.2.8.1 Pela permissão de uso do espaço público descrito no neste Termo de Referência, a empresa vencedora pagará à UEM uma Retribuição Mensal a ser estabelecida em sua proposta, observando-se o valor mínimo de R\$ 4.050,00 (Quatro mil e cinquenta reais), sob pena de desclassificação.

1.2.8.2 O valor mínimo por mês a ser pago pela empresa foi estabelecido com base em avaliações e pesquisa feitas pela UEM, em vista dos preços praticados na região, tendo em vista alguns fatores, tais como vistoria da edificação, condições de manutenção e conservação, localização, bairro, perfil de clientela, adaptações a serem feitas, etc.

1.2.8.3 O pagamento desta retribuição acrescido das despesas de taxas de água/esgoto e energia elétrica se dará mediante quitação de fatura emitida pela Diretoria de Contabilidade e Finanças da UEM com vencimento todo dia 10 (dez) de cada mês, sob pena de cobrança da multa de 2% (dois por cento) do valor devido, além de correção monetária e juros moratórios de 0,5% e, ainda, conforme o caso, rescisão do termo de permissão de uso.

1.2.8.4 O período de faturamento compreenderá do dia 1º (primeiro) ao último dia do mês. A fatura referente ao primeiro mês será cobrado "PRO RATA DIE" e terá como vencimento o dia 10 (dez) do

TERMO DE REFERÊNCIA



mês subsequente ao do início das atividades de exploração dos serviços da cantina, que deve ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Permissão de Uso, e será atestado pelo Gestor do Termo de Permissão de Uso, tendo as faturas dos meses seguintes vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente.

1.2.8.4.1 Ao final da vigência do termo de permissão de uso, a última fatura deverá ser cobrada “PRO RATA DIE” e o seu vencimento será de 10 (dez) dias após o final de tal vigência.

1.2.8.5 O Permissionário terá descontos na Retribuição Mensal nos meses de férias acadêmicas, de acordo com o Calendário Anual da UEM, recessos acadêmicos e administrativos e paralisações (greves gerais) das atividades de ensino e administrativas do Câmpus.

1.2.8.5.1 Para o desconto referente ao Calendário Anual da UEM, será utilizada a publicação oficial do calendário acadêmico para o ano letivo, sendo considerados os dias de início e final das aulas.

1.2.8.5.2 Para o desconto referente aos recessos acadêmicos e administrativos, será utilizada publicação oficial da UEM, sendo considerados os dias descritos nos Atos Oficiais.

1.2.8.5.3 Para o desconto referente às paralisações (greves gerais) das atividades de ensino e administrativas do Câmpus, será utilizada publicação oficial da UEM e/ou publicação oficial dos devidos sindicatos, sendo considerados os dias descritos nessas publicações.

1.2.8.5.4 O percentual de desconto a ser aplicado à Retribuição Mensal tem como base a quantidade de dias sem aulas no mês, conforme a seguinte tabela:

Dias sem aulas*	Desconto (em %)
Até 10 dias	0,00%
De 11 a 20 dias	50,00%
21 dias ou mais	75,00%

1.2.8.5.5 Obs. Os domingos são considerados dias sem aula.

1.2.8.5.6 O percentual de desconto aplicado à Retribuição Mensal abrangerá também a taxa de energia elétrica, água e esgoto.

1.2.8.6 Caberá ao Vencedor Permissionário, além do recolhimento da Retribuição Mensal, efetuar o pagamento de água, esgoto e energia elétrica, que comporão a fatura e deverão ser recolhidas integralmente, independentemente, de período de férias ou movimento paredista, de acordo com os valores definidos neste anexo.

1.2.8.7 Constitui encargo exclusivo da empresa solicitar a emissão de fatura, caso não a receba com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes de seu vencimento.

1.2.9 Da despesa energia elétrica e água/esgoto:

1.2.9.1 Em vista da impossibilidade de instalação de sistema de fornecimento água (hidrômetro) /esgoto e energia elétrica (relógio) de forma independente, juntamente com a remuneração mensal, a empresa deverá recolher o valor calculado sobre a tarifa mínima fixada para estabelecimento comercial definida pela Copel e Sanepar.

1.2.9.2 O valor pertinente a estas despesas serão destacadas na fatura de pagamento juntamente com a remuneração mensal proposta pela empresa e será revisada automaticamente de acordo com as tarifas estabelecidas pela Copel e Sanepar.

1.2.9.3 A empresa vencedora pagará mensalmente 03 (três) vezes a tarifa mínima comercial fixada pela - COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica para o município de Maringá/PR (Grupo tarifário A4 –Azul – Poder Público Estadual - Tarifa de Ponta com impostos), juntamente com a fatura da retribuição mensal do espaço público licitado.

1.2.9.4 A despesa com água e esgoto, a empresa vencedora pagará mensalmente 03 (três) taxa mínima fixada pela Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná para o município de Maringá/PR (até 5m³ uso Comercial / Utilidade Pública / Poder Público – Demais Localidades – Água e Esgoto), juntamente com a fatura da retribuição mensal do espaço público licitado.

1.2.9.5 Exemplo de cobrança:

Energia elétrica: 03 (três) tarifas mínimas comerciais (3 x 100kW x R\$ 0,44118* = R\$ 132,35);

TERMO DE REFERÊNCIA



Água/esgoto: 03 (três) tarifas mínimas comerciais (3 x 174,15* = R\$ 522,45);

Valor Total Estimativo: energia elétrica + água/esgoto (R\$ 132,35 + R\$ 522,45) = R\$ 654,80.

**Valores com base nas tarifas vigentes em maio/2026.*

1.2.10 Das condições de funcionamento e prestação dos serviços:

1.2.10.1 A empresa deverá dispor de equipamentos e utensílios compatíveis com a natureza dos serviços, garantindo qualidade e agilidade no atendimento aos usuários.

1.2.10.2 A empresa poderá comercializar todos os produtos próprios para cantina universitária, inclusive, algumas necessidades básicas dos usuários como cartões telefônicos, créditos de celulares e assemelhados, mediante prévia autorização da UEM.

1.2.10.3 Fica expressamente vedada a comercialização de equipamentos em geral e bebidas alcoólicas, bem como outros itens incompatíveis com cantina universitária disponibilizada à empresa.

1.2.10.4 A UEM poderá instalar ou permitir a instalação de outros serviços de cantina ou congêneres em locais convenientemente selecionados, independentemente de anuência ou interveniência da empresa, facultando-se suas participações em igualdade de condições no procedimento seletivo com os demais interessados.

1.2.10.5 Quando da realização de eventos, atividades didáticas e de projetos de extensão, independentemente dos locais de suas realizações e devidamente autorizados pela UEM, poderá ser permitido durante a realização dos mesmos, o consumo de bebidas, alimento se outros, desde que estejam previstos no programa do evento/atividade, independentemente de anuência ou interveniência da empresa.

1.2.11 Dos preços dos produtos cobrados dos usuários:

1.2.11.1 A Empresa vencedora deverá praticar preços compatíveis com os da região da UEM e caso haja alguma dificuldade ou impossibilidade em respeitar estes parâmetros, a empresa deverá apresentar planilha de custo ao gestor do termo de permissão de uso justificando outros valores, a ser negociado com a UEM.

1.2.11.2 A tabela de preços dos produtos comercializados deverá ficar sempre exposta em local visível na cantina, para conhecimento dos usuários e demais autoridades competentes, sob pena de caracterizar descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à sanções administrativas cabíveis, inclusive, a rescisão do respectivo termo.

1.2.11.3 Caso algum produto comercializado, não conste na tabela de preços exposta, o seu preço deverá estar devidamente etiquetado e visível, junto ao produto.

1.2.11.4 A fixação de preços elevados e incompatíveis com os praticados nesta região poderá acarretar a intervenção da UEM e, até mesmo, a rescisão do respectivo termo, por inadimplemento de obrigação contratual.

1.2.11.5 A empresa deverá encaminhar à Administração Superior da UEM uma cópia da tabela de preços praticada, sempre que houver majoração dos preços, sob pena de rescisão do Termo de Permissão de Uso, caracterizando-se inadimplemento de obrigação contratual.

1.2.11.6 O reajuste de preços em valores incompatíveis com o praticado na respectiva região, sem anuência da Administração Superior da UEM, caracteriza a hipótese de inadimplemento de obrigação contratual e pode acarretar a rescisão do respectivo Termo de Permissão de Uso.

1.2.12 Dos encargos sociais:

1.2.12.1 As despesas com as obrigações sociais dos serviços prestados no espaço físico referido neste instrumento tais como fiscais, tributárias, sanitárias, trabalhistas e comerciais, serão de inteira e exclusiva responsabilidade da respectiva empresa.

1.2.12.2 A inadimplência da empresa em relação a estes encargos não a transfere à UEM e não poderá onerar o objeto do termo de permissão de uso ou restringir a regularização e uso da respectiva edificação.

1.2.12.3 A empresa é integralmente responsável pelos danos pessoais ou patrimoniais causados à UEM ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo da instalação e operação do serviço de cantina, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da UEM.

1.2.12.4 A participação da empresa nesta licitação implica no compromisso de assumir de forma plena e irrevogável todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais eventualmente acarretados à UEM em decorrência de demandas administrativas e/ou judiciais.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não há padronização para a contratação deste serviço.

1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.4.1 Para instalação e exploração destes serviços, a UEM disponibilizará à empresa o espaço físico discriminado no item 1.1, no Câmpus Sede de Maringá (Bloco P01-RU-I).

1.4.2 A partir da efetiva disponibilidade do espaço físico público, a empresa vencedora deverá prestar os serviços durante o mesmo horário de funcionamento da UEM, respeitando os domingos, feriados e recessos universitários e demais condições específicas que deverão ser definidas oportunamente.

1.4.3 Mediante autorização da UEM, a empresa poderá manter o funcionamento da cantina em dias não letivos em função da realização de eventos ou outras atividades na UEM, independentemente de suas naturezas.

1.4.4 É considerado um serviço contínuo, pois é essencial para manutenção da atividade acadêmica, decorrente de necessidades permanentes e prolongadas.

2 DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 De acordo com as soluções existentes para atender as necessidades da comunidade universitária para se ter algum espaço para a aquisição de lanches/refeições dentro do Câmpus Sede, entendemos que a melhor solução é a contratação de empresa para a instalação e exploração de serviços de cantina.

2.2 A UEM possui um espaço público no Câmpus Sede de Maringá (Bloco P01-RU-I), que já vem sendo utilizado a alguns anos para os serviços de cantina, o qual encontra-se devidamente preparado para a instalação e exploração dos serviços de cantina.

2.3 A instalação e exploração de serviços de cantina nesse local seria muito importante, visto que nessa região do Câmpus Sede, compreende vários blocos didáticos, administrativos e de pesquisa, onde os serviços de cantina possuem uma necessidade por parte da comunidade universitária.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A melhor solução para o atendimento das necessidades da comunidade universitária para se ter algum espaço para a aquisição de lanches/refeições dentro do Câmpus é contratação de uma empresa que terá outorga de permissão de uso, de área específica destinada pela UEM à instalação e exploração em regime de permissão de uso de espaço público, para instalação e exploração de serviços de 01 (uma) cantina universitária no Câmpus Sede de Maringá (Bloco P01-RU-I), Estado do Paraná.

3.2 Para atendimento dessas necessidades da comunidade universitária para se ter algum espaço para a aquisição de lanches/refeições dentro do Câmpus, a empresa vencedora deverá oferecer serviços compatíveis com uma cantina universitária, tais como lanches, salgados, doces, balas, chicletes, sorvetes, refrigerantes, sucos naturais ou artificiais, café, leite e assemelhados.

3.3 A empresa vencedora deverá prestar os serviços durante o mesmo horário de funcionamento da UEM, respeitando os domingos, feriados e recessos universitários e demais condições específicas que deverão ser definidas oportunamente.

3.4 Pela permissão de uso do espaço público a empresa vencedora pagará à UEM uma Retribuição Mensal a ser estabelecida em sua proposta, acrescidas das despesas de taxas de água/esgoto e energia elétrica.

3.5 Portanto, a contratação de uma empresa para exploração dos serviços compatíveis com uma cantina universitária, é de extrema importância para atender as necessidades da comunidade universitária em se ter um local para a aquisição de lanches/refeições dentro do Câmpus.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 De acordo com o objeto da presente licitação, a definição da estimativa do valor mínimo a ser contratado, se utilizou o mesmo critério que historicamente vem sendo utilizado para a finalidade de permissão de uso de espaço público, para instalação e exploração de serviços de cantina universitária.

4.2 Assim, o valor mínimo foi fixado de acordo com o tamanho e localidade da cantina, ou seja, preço por metro quadrado (m²), em compatibilidade com a pesquisa de preços realizada nos alugueis de imóveis comerciais praticados na região da UEM.

4.3 Pretendendo-se incentivar a participação de um maior número de empresas no processo licitatório, seria prudente a fixação do valor mínimo inicial para este processo licitatório em torno de 60% (quarenta por cento) dos valores médios dos aluguéis pesquisados que seriam compatíveis com os valores dos últimos processos licitatórios realizados.

4.4 Para a realização dos cálculos da estimativa do valor mínimo a ser contratado, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- a) a cantina do Bloco P01-RU-I possui área disponível de 160,1 m²;
- b) Média dos aluguéis pesquisados por m² é de R\$ 42,12;
- c) Aplicação do índice de 60% dos valores médios dos aluguéis pesquisados

4.5 Assim a estimativa do valor mínimo a ser contratado, foi fixado em R\$ 4.050,00 (Quatro mil e cinquenta reais) mensais.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 Devido às características do objeto a ser licitado, a sua contratação deverá ser realizada sem parcelamento, ou seja, por um único lote.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 - Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1.1 que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

6.1.2 que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;

6.1.3 que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

6.1.4 que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

6.1.5 que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

6.1.6 que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;

6.1.7 que respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;

6.1.8 que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075, de 1º de abril de 2009.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será de **AMPLA DISPUTA**, em razão da impossibilidade de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas, evitando assim certames desertos, assegurando assim a competitividade e a obtenção a proposta mais vantajosa para a Administração.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 O objeto dessa licitação é classificado como serviços comuns, pois possuem especificação usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9 CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1 Para instalação e exploração desses serviços a UEM disponibilizará o espaço físico localizado no Bloco P01-RU-I no Câmpus Sede de Maringá.

9.2 O início das atividades de exploração dos serviços de cantina ser dará no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de Permissão de Uso, prazo este que poderá ser prorrogado, caso necessário, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aprovada pelo Gestor do Termo de Permissão de Uso.

9.3 É expressamente vedada a utilização do espaço para quaisquer outras atividades que não estejam compreendidas nos serviços objeto desta permissão de uso, sob pena de rescisão do Termo de Permissão de Uso, salvo prévia e expressa autorização da UEM.

9.4 Deverão ser oferecidos serviços compatíveis com uma cantina universitária, tais como lanches, salgados, doces, balas, chicletes, sorvetes, refrigerantes, sucos naturais ou artificiais, café, leite e assemelhados, mediante prévia autorização da UEM.

9.5 Fica expressamente vedada à comercialização de bens, insumos e serviços incompatíveis com a natureza de uma cantina universitária, em especial, bebidas alcoólicas, cigarros e artigos de tabacaria, qualquer tipo de medicamento, bilhetes lotéricos, caça níqueis e outros serviços afins.

9.6 Fica expressamente vedado a utilização de qualquer tipo de alto-falante e/ou congênere, que produza som ou ruídos, que afete o andamento das aulas.

9.7 Fica expressamente vedado o armazenamento de produtos inflamáveis, explosivos corrosivos, tóxicos ou de forte odor.

9.8 A UEM poderá instalar ou permitir a instalação de outros serviços de cantina ou congêneres em locais convenientemente selecionados, independentemente de anuência ou interveniência da empresa, facultando-se suas participações em igualdade de condições no procedimento seletivo com os demais interessados.

9.9 Quando da realização de eventos, atividades didáticas e de projetos de extensão, em caráter esporádico e/ou não permanentes, independentemente dos locais de suas realizações e devidamente autorizados pela UEM, poderá ser permitido durante a realização dos mesmos, o consumo de bebidas, alimentos e outros, desde que estejam previstos no programa do evento/atividade, independentemente de anuência ou interveniência da empresa.

9.10 Deverão ser praticados preços compatíveis com os da região da UEM e caso haja alguma dificuldade ou impossibilidade em respeitar estes parâmetros, a empresa deverá apresentar planilha de custo ao gestor do termo de permissão de uso justificando outros valores, a ser negociado com a UEM.

9.11 A tabela de preços dos produtos comercializados deverá ficar sempre exposta em local visível na cantina, para conhecimento dos usuários e demais autoridades competentes, sob pena de caracterizar descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à sanções administrativas cabíveis, inclusive, a rescisão do respectivo termo.

9.12 Caso algum produto comercializado, não conste na tabela de preços exposta, o seu preço deverá estar devidamente etiquetado e visível, junto ao produto.

9.13 Os serviços deverão ser prestados no mesmo horário de funcionamento da UEM, respeitando os domingos, feriados e recessos universitários e demais condições específicas que deverão ser definidas oportunamente.

9.14 Para execução dos serviços deverão ser observadas todas as condições (Obrigações e responsabilidades) definidas no Edital de Licitação e seus Anexos, obedecendo todas as especificações técnicas dos serviços estabelecidos pela UEM.

9.15 Fica expressamente vedada a cessão ou transferência parcial ou total desta permissão de uso, sob pena de revogação da permissão e rescisão imediata do Termo, sem prejuízo das sanções cabíveis à contratada.

9.16 Deverá ser indicado um gestor para acompanhar e fiscalizar a correta execução dos serviços, inclusive, acompanhando a satisfação ou insatisfação dos usuários, e adotando todas as medidas preventivas e corretivas para solução das questões suscitadas.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do contratado:

10.1.1 Indicar preposto para representá-la perante à UEM.

10.1.2 Obter as licenças que se fizerem necessárias para funcionamento da cantina, tais como alvará de localização, licença de funcionamento, licença sanitária, licença de bombeiro, aprovação de projetos junto à Prefeitura, etc., cujas cópias deverão ficar expostas em local visível para conhecimento dos usuários e demais autoridades competentes, sob pena de caracterizar descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à sanções administrativas cabíveis, inclusive, a rescisão do respectivo termo.

10.1.3 Iniciar as atividades de exploração dos serviços de cantina no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de Permissão de Uso, prazo este que poderá ser prorrogado, caso necessário, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aprovada pelo Gestor do Termo de Permissão de Uso.

10.1.4 Disponibilizar os equipamentos necessários e compatíveis com os serviços a serem prestados.

10.1.5 Manter a identificação dos funcionários nos locais da prestação dos serviços (no mínimo, com crachás).

10.1.6 Recolher todos os encargos fiscais pertinentes junto aos órgãos competentes (INSS, FGTS, Receitas Federal, Estadual e Municipal).

10.1.7 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do termo de Permissão de Uso.

10.1.7.1 OBS: A inadimplência da empresa com relação a estes encargos não é transferível à UEM e não poderá onerar o objeto do termo de permissão ou restringir a prestação dos serviços contratados.

10.1.8 Somente iniciar a execução dos serviços depois de obtidas as licenças obrigatórias para prestação de serviços neste ramo comercial, tais como de funcionamento, da vigilância sanitária, de incêndio, bombeiros, Prefeitura Municipal, etc.

10.1.9 Providenciar para que todas as regras estabelecidas pelo código de defesa do consumidor e pelos órgãos reguladores para empresas que produzem e/ou manipulam alimentos sejam cumpridas.

10.1.10 Desempenhar suas atividades em consonância com todas as exigências da vigilância sanitária; em especial, as disposições da RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004 da ANVISA, a Portaria CVS nº5 de 09 de abril de 2013 e demais disposições regulamentares.

10.1.11 Realizar serviço periódico de desinsetização e desratização, ficando as respectivas despesas a seu cargo, com frequência mínima a cada 04 (quatro) meses assegurando a higiene do local, sendo que o primeiro serviço deverá ser realizado com o início das atividades, por empresa com alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais.

10.1.12 Responsabilizar-se pelos danos pessoais e patrimoniais causados à UEM ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo em função dos serviços prestados, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela UEM.

10.1.12.1 OBS: A participação da empresa nesta Licitação implica no compromisso pleno e irrevogável de responsabilidade de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, civis, criminais e comerciais eventualmente acarretados a UEM em decorrências de demandas administrativas e/ou judiciais por parte da empresa e seus representantes legais, solidariamente.

10.1.13 A Empresa vencedora deverá praticar preços compatíveis com os da região da UEM e caso haja alguma dificuldade ou impossibilidade em respeitar estes parâmetros, a empresa deverá apresentar planilha de custo ao gestor do termo de permissão de uso justificando outros valores, a ser negociado com a UEM.

10.1.14 A tabela de preços dos produtos comercializados deverá ficar sempre exposta em local visível na cantina, para conhecimento dos usuários e demais autoridades competentes, sob pena de

caracterizar descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à sanções administrativas cabíveis, inclusive, a rescisão do respectivo termo.

10.1.15 Caso algum produto comercializado, não conste na tabela de preços exposta, o seu preço deverá estar devidamente etiquetado e visível, junto ao produto.

10.1.16 Em local visível na cantina, deverá ficar sempre exposta uma placa de identificação com um endereço eletrônico institucional que receberá as reclamações e sugestões dos usuários dos serviços de alimentação bem com o telefone e e-mail da fiscalização do Contrato da UEM para reclamações.

10.1.17 A fixação de preços elevados e incompatíveis com os praticados nesta região poderá acarretar a intervenção da UEM e, até mesmo, a rescisão do respectivo termo, por inadimplemento de obrigação contratual.

10.1.18 A empresa deverá encaminhar à Administração Superior da UEM uma cópia da tabela de preços praticada, sempre que houver majoração dos preços, sob pena de rescisão do Termo de Permissão de Uso, caracterizando-se inadimplemento de obrigação contratual.

10.1.19 O reajuste de preços em valores incompatíveis com o praticado na respectiva região, sem anuência da Administração Superior da UEM, caracteriza a hipótese de inadimplemento de obrigação contratual e pode acarretar a rescisão do respectivo Termo de Permissão de Uso.

10.1.20 Zelar para que todos os assuntos pertinentes ao respectivo termo de permissão sejam tratados exclusivamente com o respectivo gestor indicado pela UEM.

10.1.21 Desocupar o espaço físico disponibilizado ao final da vigência da respectiva Permissão de Uso, no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, nas mesmas condições do início das atividades, o que fará independente de qualquer aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial.

10.1.22 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto ou dos materiais empregados.

10.1.23 Responder pelos danos causados à UEM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelos servidores da UEM e pelo gestor deste Termo de Permissão de Uso.

10.1.24 Caberá a empresa com vistas à proteção de suas instalações, complementar, por sua conta, as medidas de segurança do espaço físico disponibilizado, através da instalação de alarmes, grades, cadeados e demais acessórios necessários.

10.1.25 A empresa, antes de instalar qualquer equipamento no espaço físico disponibilizado deverá verificar as condições da rede elétrica, qualquer dano causado em função de má instalação será de inteira responsabilidade desta. Esta consulta deverá ser feita ao Gestor do contrato.

10.1.26 A empresa deverá cuidar da guarda e segurança dos móveis, equipamentos, utensílios e estoque físico dos alimentos, ficando a UEM isenta de qualquer responsabilidade em caso de sinistros.

10.1.27 A empresa cabe manter o espaço físico disponibilizado, dotado de aparelhagem adequada à prevenção e extinção de incêndio e sinistros, mantendo igualmente o seu pessoal instruído quanto ao emprego eficaz daquela aparelhagem.

10.1.28 Executar todos os serviços e observar todas as condições (Obrigações e responsabilidades) definidas no Edital de Licitação e seus Anexos, obedecendo todas as especificações técnicas dos serviços estabelecidos pela UEM.

10.1.29 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.29.1 que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

10.1.29.2 que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;

10.1.29.3 que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

10.1.29.4 que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

10.1.29.5 que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

10.1.29.6 que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;

10.1.29.7 que respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;

10.1.29.8 que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075 de 1º de abril de 2009.

10.1.30 Desempenhar suas atividades em consonância com todas as exigências da vigilância sanitária; em especial, as disposições da RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004 da ANVISA, a Portaria CVS nº5 de 09 de abril de 2013 e demais disposições regulamentares.

10.1.31 Realizar serviço periódico de desinsetização e desratização, ficando as respectivas despesas a seu cargo, com frequência mínima a cada 04 (quatro) meses assegurando a higiene do local, sendo que o primeiro serviço deverá ser realizado com o início das atividades, por empresa com alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais.

10.1.32 Fica expressamente vedada à comercialização de bens, insumos e serviços incompatíveis com a natureza de uma cantina universitária, em especial, bebidas alcoólicas, cigarros e artigos de tabacaria, qualquer tipo de medicamento, bilhetes lotéricos, caça níqueis e outros serviços afins.

10.1.33 Fica expressamente vedado a utilização de qualquer tipo de alto-falante e/ou congêneres, que produza som ou ruídos, que afete o andamento das aulas.

10.1.34 Fica expressamente vedado o armazenamento de produtos inflamáveis, explosivos corrosivos, tóxicos ou de forte odor.

10.2 São obrigações do contratante:

10.2.1 Indicar um gestor para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela empresa.

10.2.2 Disponibilizar o espaço físico para instalação e prestação dos serviços objeto deste Termo.

10.2.3 Fiscalizar a correta execução dos serviços, inclusive, acompanhando a satisfação ou insatisfação dos usuários, e adotando todas as medidas preventivas e corretivas para solução das questões suscitadas.

10.2.4 Adotar as medidas necessárias para dar condições à empresa para prestar os serviços pretendidos, quando necessário e em seu âmbito de responsabilidade.

10.2.5 Zelar para que todos os assuntos pertinentes ao respectivo termo de permissão sejam tratados exclusivamente com o preposto da empresa.

11 FORMA DE RECEBIMENTO

11.1 O pagamento da retribuição acrescido das despesas de taxas de água/esgoto e energia elétrica se dará mediante quitação de fatura emitida pela Diretoria de Contabilidade e Finanças da UEM com vencimento todo dia 10 (dez) de cada mês, sob pena de cobrança da multa de 2% (dois por cento) do valor devido, além de correção monetária e juros moratórios de 0,5% e, ainda, conforme o caso, rescisão do termo de permissão de uso.

11.2 O período de faturamento compreenderá do dia 1º (primeiro) ao último dia do mês. A fatura referente ao primeiro mês será cobrada "PRO RATA DIE" e terá como vencimento o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do início das atividades de exploração dos serviços da cantina, que deve ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Permissão de Uso, e será atestado pelo Gestor do Termo de Permissão de Uso, tendo as faturas dos meses seguintes vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente.

11.2.1 Ao final da vigência deste termo de permissão de uso, a última fatura deverá ser cobrada "PRO RATA DIE" e o seu vencimento será de 10 (dez) dias após o final de tal vigência.

11.3 O Vencedor Permissionário terá descontos na Retribuição Mensal nos meses de férias acadêmicas, de acordo com o Calendário Anual da UEM, recessos acadêmicos e administrativos e paralisações (greves gerais) das atividades de ensino e administrativas do Câmpus.

11.3.1 Para o desconto referente ao Calendário Anual da UEM, será utilizada a publicação oficial do calendário acadêmico para o ano letivo, sendo considerados os dias de início e final da aulas.

11.3.2 Para o desconto referente aos recessos acadêmicos e administrativos, será utilizada publicações oficiais da UEM, sendo considerados os dias descritos nos Atos Oficiais.

11.3.3 Para o desconto referente as paralisações (greves gerais) das atividades de ensino e administrativas do Câmpus, será utilizada publicações oficiais da UEM e/ou publicações oficiais dos devidos sindicatos, sendo considerados os dias descritos nessas publicações.

11.3.4 O percentual de desconto a ser aplicado à Retribuição Mensal tem como base a quantidade de dias sem aulas no mês, conforme a seguinte tabela:

Dias sem aulas*	Desconto (em %)
Até 10 dias	0,00%
De 11 a 20 dias	50,00%
21 dias ou mais	75,00%

11.3.5 Obs. Os domingos são considerados dias sem aula.

11.3.6 O percentual de desconto aplicado à Retribuição Mensal abrangerá também a taxa de energia elétrica, água e esgoto.

11.4 Caberá ao Vencedor Permissionário, além do recolhimento da Retribuição Mensal, efetuar o pagamento de água, esgoto e energia elétrica, que comporão a fatura e deverão ser recolhidas integralmente, independentemente, de período de férias ou movimento paredista, de acordo com os valores definidos neste anexo.

11.5 Constitui encargo exclusivo da empresa solicitar a emissão de fatura, caso não a receba com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes de seu vencimento.

12 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Requisitos de qualificação técnica:

a) Apresentação de um atestado de capacidade técnica pertinente à prestação de serviços similares ao estabelecido nesta licitação (serviços de cantina).

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14 SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação parcial do objeto em razão da peculiaridade do objeto.

15 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto e a forma como os serviços a serão prestados pela contratada, não se tem a necessidade de garantia contratual.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL DO SERVIÇO

16.1 Não há exigência de garantia complementar.

17 VIGÊNCIA

17.1 A Permissão de Uso terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17.1.1 Para prorrogação do prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso, a **PERMITENTE** levará em conta o nível de satisfação dos usuários com os serviços prestados e preços praticados, a pontualidade dos pagamentos das Retribuições mensais e outros fatores relevantes refletidos na prestação dos respectivos serviços.

18 DO REAJUSTAMENTO

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ([IPCA](#)), índice amplamente utilizado para medir a variação dos preços de produtos de consumo.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. VISTORIA

19.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto ao Senhor Marcos Antunes Moleiro, pelo telefone (44) 3011-5498.

19.2 Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante dos Modelos de Declaração (Modelo anexo ao Edital).

19.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

19.4 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

20 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 Devido às características do objeto a ser licitado, não serão usados Recursos Orçamentários da UEM, visto que a prestação de serviços gerará receita e não despesa.

20.2 Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA

20.2.1 Devido às características do objeto a ser licitado, ou seja, permissão de uso de espaço público destinado à instalação e exploração dos serviços de cantina, que gerará uma receita para a UEM e não uma despesa, não é necessária à sua previsão no PCA.

21 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

22 DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

22.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

23. GERENCIAMENTO DE RISCO

23.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Maringá, 14 de maio de 2026

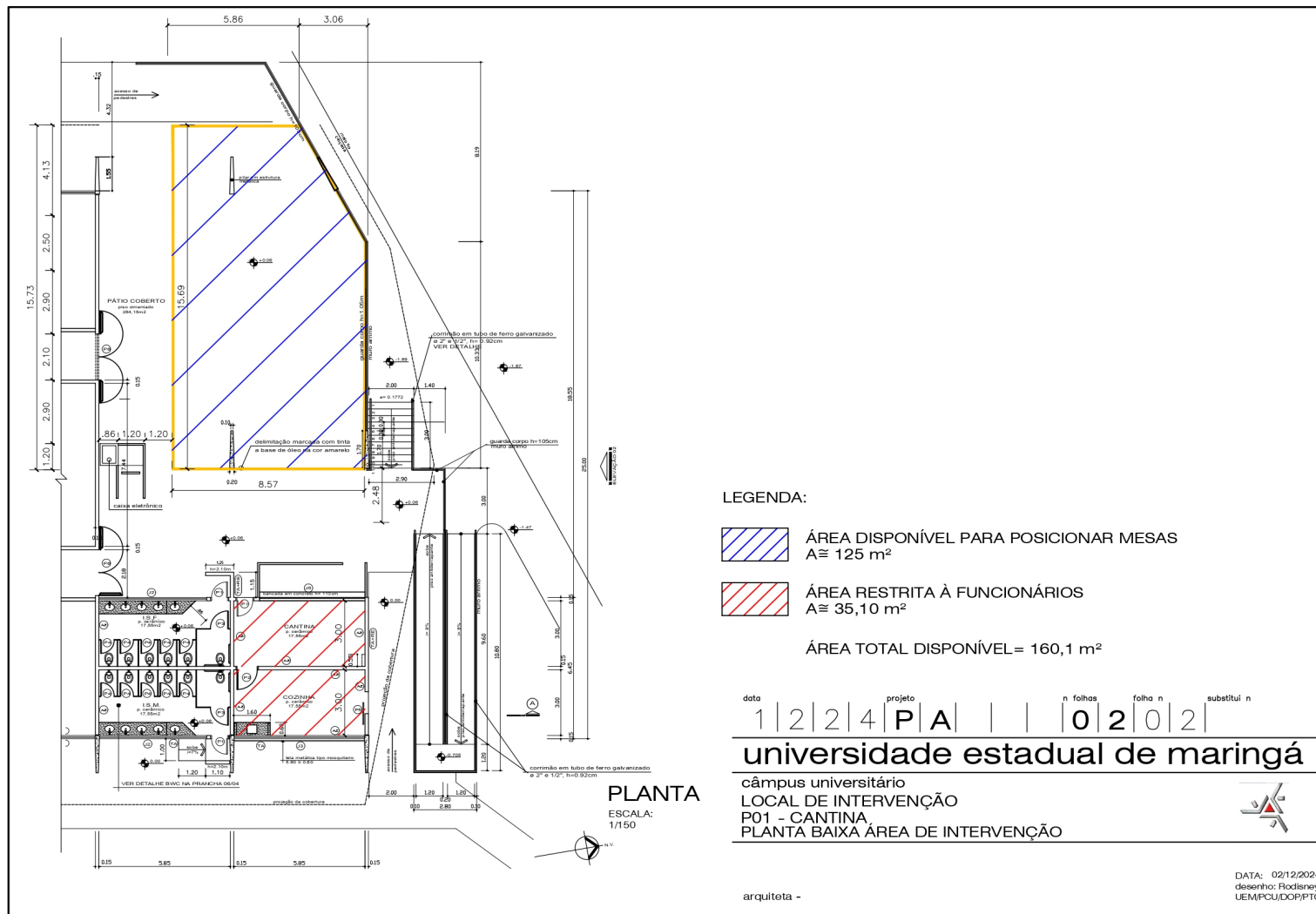
Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARCOS ANTUNES MOLEIRO**
Data: 14/05/2026 17:43:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcos Antunes Moleiro
Chefe da Divisão de Obras e Projetos da
Prefeitura do Campus



ANEXO I-A PLANTA DO LOCAL





ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 [duas] horas (prorrogável por igual período a critério do pregoeiro), a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital.

1.1 O licitante que for cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, emitido pela Gestão de Materiais e Serviços (GMS), ficará dispensado da apresentação dos documentos de habilitação que constam no item 1.2, contemplados nos referidos cadastramentos.

1.1.1 É dever do licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF ou GMS para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

1.1.2 O pregoeiro verificará eletronicamente a situação cadastral, sendo que os documentos que não estiverem contemplados e ou/válidos nos referidos cadastramentos, deverão ser apresentados pelo licitante dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, salvo aqueles acessíveis para consultas em *sítios* oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

1.1.3 Para formalização da contratação, o licitante vencedor deste certame, caso não tenha, DEVERÁ se cadastrar no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR/GMS.

1.2 Os documentos de habilitação de que se trata este anexo são:

1.2.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.2.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.2.3.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.2.3.1.1 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.2.3.1.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.2.3.1.3. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.2.3.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} &\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = &\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}; \end{aligned}$$

Ativo Total



SG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----; e

Passivo Circulante

1.2.3.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual 1,0 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.2.3.1.5.1 As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices, de Liquidez Geral (**LG**), de Solvência Geral (**SG**) e de Liquidez Corrente (**LC**), deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.2.3.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.2.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Comprovante de Experiência mediante apresentação de um atestado de capacidade técnica pertinente à prestação de serviços similares ao estabelecido nesta licitação (serviços de cantina).

1.2.5 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (Anexo V).

1.2.6 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.2.6.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.2.6.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.2.6.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.2.6.3 Na hipótese do item 1.2.6.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.3 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.4 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90050 Ano: 2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:	
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade: Estado:
Telefone:	Fax: e-mail:
Banco:	Agência: Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: Seleção de propostas para a outorga de permissão de uso, de área específica destinada à instalação e exploração em regime de permissão de uso de espaço público, para instalação e exploração de serviços de 01 (uma) cantina universitária no Câmpus Sede de Maringá (Bloco P01-RU-I), Estado do Paraná.

1. Especificações técnicas:

Item	Descrição	ÁREA PRIVATIVA M²	Percentual de acréscimo	Valor Mensal da Retribuição
1				

- 1. A validade da proposta é de 90 [noventa] dias.
- 2. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

Local e data

Representante Legal

**ANEXO IV****MODELO DE PROCURAÇÃO1**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 90050/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

1 A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (EMPRESAS COM 200 OU MAIS FUNCIONÁRIOS)

Que para fins do disposto nos art. 152 a 154, da Lei Estadual nº 21.926/2024, cumpre reserva de ao menos 2% das vagas de trabalho para mulheres que estão sob os efeitos de, pelo menos, uma das medidas protetivas de urgência previstas no art. 23 da Lei Federal nº 11.340/2006.

Local e data.

Nome do representante legal



ANEXO VI

MINUTA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO

PERMITENTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**, com sede na Avenida Colombo, n.º 5.790, Campus Universitário, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 79.151.312/0001-56, neste ato representado pelo seu Magnífico Reitor, Professor **LEANDRO VANALLI**, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 12257, de 27 de setembro de 2022, inscrito no CPF sob o n.º 929.472.639-87, portador do RG n.º 6.015.450-3, expedido por SESP/PR.

PERMISSIONÁRIA: [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Termo de Permissão de Uso será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 90050/2026 (protocolo n.º 25.933.725-9) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Termo de Permissão de Uso a outorga de permissão de uso, de área específica destinada à instalação e exploração em regime de permissão de uso de espaço público, para instalação e exploração de serviços de 01 (uma) cantina universitária no Câmpus Sede de Maringá (Bloco P01-RU-I), Estado do Paraná.

ITEM	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA PRIVATIVA M²	VALOR DA RETRIBUIÇÃO MENSAL

2 DO FUNDAMENTO:

Este Termo de Permissão de Uso decorre do Pregão Eletrônico n.º 90050/2026, objeto do processo administrativo n.º XXX, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. XXXX deste protocolo.

3 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

3.1 Para instalação e exploração desses serviços a UEM disponibilizará o espaço físico localizado no Bloco P01-RU-I no Câmpus Sede de Maringá.

3.2 A partir da efetiva disponibilidade do espaço físico público, a empresa Permissionária deverá prestar os serviços durante o mesmo horário de funcionamento da Permitente, respeitando os domingos, feriados e recessos universitários e demais condições específicas que deverão ser definidas oportunamente.

3.3 Mediante autorização da Permitente, a Permissionária poderá manter o funcionamento da cantina em dias não letivos em função da realização de eventos ou outras atividades na Permitente, independentemente de suas naturezas.



3.4 A UEM poderá instalar ou permitir a instalação de outros serviços de cantina ou congêneres em locais convenientemente selecionados, independentemente de anuência ou interveniência da empresa, facultando-se suas participações em igualdade de condições no procedimento seletivo com os demais interessados.

3.5 Quando da realização de eventos, atividades didáticas e de projetos de extensão, independentemente dos locais de suas realizações e devidamente autorizados pela UEM, poderá ser permitido durante a realização dos mesmos, o consumo de bebidas, alimentos e outros, desde que estejam previstos no programa do evento/atividade, independentemente de anuência ou interveniência da empresa.

4 DA RETRIBUIÇÃO MENSAL:

4.1 Pela permissão de uso referida na cláusula segunda, a **PERMISSIONÁRIA** pagará à **PERMITENTE** uma retribuição mensal de R\$.....(.....), totalizando presente Termo em R\$.....(.....).

4.2 O pagamento desta retribuição acrescido das despesas de taxas de água/esgoto e energia elétrica se dará mediante quitação de fatura emitida pela Diretoria de Contabilidade e Finanças da UEM com vencimento todo dia 10 (dez) de cada mês, sob pena de cobrança da multa de 2% (dois por cento) do valor devido, além de correção monetária e juros moratórios de 0,5% e, ainda, conforme o caso, rescisão do termo de permissão de uso.

4.3 O período de faturamento compreenderá do dia 1º (primeiro) ao último dia do mês. A fatura referente ao primeiro mês será cobrada "PRO RATA DIE" e terá como vencimento o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do início das atividades de exploração dos serviços da cantina, que deve ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Permissão de Uso, e será atestado pelo Gestor do Termo de Permissão de Uso, tendo as faturas dos meses seguintes vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente.

4.3.1 Ao final da vigência deste termo de permissão de uso, a última fatura deverá ser cobrada "PRO RATA DIE" e o seu vencimento será de 10 (dez) dias após o final de tal vigência.

4.4 O Permissionário terá descontos na Retribuição Mensal nos meses de férias acadêmicas, de acordo com o Calendário Anual da Permitente, recessos acadêmicos e administrativos e paralisações (greves gerais) das atividades de ensino e administrativas do Campus.

4.4.1 Para o desconto referente ao Calendário Anual da Permitente, será utilizada a publicação oficial do calendário acadêmico para o ano letivo, sendo considerados os dias de início e final da aulas.

4.4.2 Para o desconto referente aos recessos acadêmicos e administrativos, será utilizada publicações oficiais da Permitente, sendo considerados os dias descritos nos Atos Oficiais.

4.4.3 Para o desconto referente as paralisações (greves gerais) das atividades de ensino e administrativas do Campus, será utilizada publicações oficiais da Permitente e/ou publicações oficiais dos devidos sindicatos, sendo considerados os dias descritos nessas publicações.

4.4.4 O percentual de desconto a ser aplicado à Retribuição Mensal tem como base a quantidade de dias sem aulas no mês, conforme a seguinte tabela:

Dias sem aulas*	Desconto (em %)
Até 10 dias	0,00%
De 11 a 20 dias	50,00%
21 dias ou mais	75,00%

4.4.5 *Obs. Os domingos são considerados dias sem aula.

4.4.6 O percentual de desconto aplicado à Retribuição Mensal abrangerá também a taxa de energia elétrica, água e esgoto.

4.4.7 Caberá ao Vencedor Permissionário, além do recolhimento da Retribuição Mensal, efetuar o pagamento de água, esgoto e energia elétrica, que comporão a fatura e deverão ser recolhidas integralmente, independentemente, de período de férias ou movimento paredista, de acordo com os valores definidos neste anexo.

4.4.8 Constitui encargo exclusivo da empresa solicitar a emissão de fatura, caso não a receba com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes de seu vencimento.

5. DA DESPESA COM ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA/ESGOTO.



5.1 Em vista da impossibilidade de instalação de sistema de fornecimento água (hidrômetro) /esgoto e energia elétrica (relógio) de forma independente, juntamente com a remuneração mensal, a empresa deverá recolher o valor calculado sobre a tarifa mínima fixada para estabelecimento comercial definida pela Copel e Sanepar.

5.2 O valor pertinente a estas despesas serão destacadas na fatura de pagamento juntamente com a remuneração mensal proposta pela empresa e será revisada automaticamente de acordo com a tarifas estabelecidas pela Copel e Sanepar.

5.3 A Permissionária pagará mensalmente juntamente com a fatura da retribuição mensal do espaço público licitado:

a) 03 (três) vezes a tarifa mínima comercial fixada pela - COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica para o município de Maringá/PR (Grupo tarifário A4 –Azul – Poder Público Estadual - Tarifa de Ponta com impostos).

b) 03 (três) taxa mínima fixada pela Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná para o município de Maringá/PR (até 5m³ uso Comercial / Utilidade Pública / Poder Público – Demais Localidades – Água e Esgoto).

5.3.1 Exemplo de cobrança:

Energia elétrica: 03 (três) tarifas mínimas comerciais (3 x 100kW x R\$ 0,44118* = R\$ 132,35);

Água/esgoto: 03 (três) tarifas mínimas comerciais (3 x 174,15* = R\$ 522,45);

Valor Total Estimativo: energia elétrica + água/esgoto (R\$ 132,35 + R\$ 522,45) = R\$ 654,80.

**Valores com base nas tarifas vigentes em maio/2026.*

6. DO REAJUSTE.

6.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ([IPCA](#)), índice amplamente utilizado para medir a variação dos preços de produtos de consumo.

6.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

6.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

6.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

7. DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO:

7.1 A responsabilidade pela gestão deste Termo de Permissão de Uso caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 7.3 deste Termo, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

7.2 A responsabilidade pela fiscalização deste Termo de Permissão de Uso caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 7.3 deste Termo, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

7.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste termo serão designados por ato administrativo próprio do Permitente.

7.4 A gestão e a fiscalização deste Termo serão exercidas pelo Permitente, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços contratados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

8 DA VIGÊNCIA:



8.1 A Permissão de Uso terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021, por interesse das partes.

8.1.1 Para prorrogação do prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso, a **PERMITENTE** levará em conta o nível de satisfação dos usuários com os serviços prestados e preços praticados, a pontualidade dos pagamentos das Retribuições mensais e outros fatores relevantes refletidos na prestação dos respectivos serviços.

9 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O Termo de Permissão de Uso deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.1 São obrigações do Permissionário:

9.1.1 Indicar preposto para representá-la perante à Permitente.

9.1.2 Obter as licenças que se fizerem necessárias para funcionamento da cantina, tais como alvará de localização, licença de funcionamento, licença sanitária, licença de bombeiro, aprovação de projetos junto à Prefeitura, etc., cujas cópias deverão ficar expostas em local visível para conhecimento dos usuários e demais autoridades competentes, sob pena de caracterizar descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à sanções administrativas cabíveis, inclusive, a rescisão do respectivo termo.

9.1.3 Iniciar as atividades de exploração dos serviços de cantina no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de Permissão de Uso, prazo este que poderá ser prorrogado, caso necessário, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aprovada pelo Gestor do Termo de Permissão de Uso.

9.1.4 Disponibilizar os equipamentos necessários e compatíveis com os serviços a serem prestados.

9.1.5 Manter a identificação dos funcionários nos locais da prestação dos serviços (no mínimo, com crachás).

9.1.6 Recolher todos os encargos fiscais pertinentes junto aos órgãos competentes (INSS, FGTS, Receitas Federal, Estadual e Municipal).

9.1.7 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do termo de Permissão de Uso.

9.1.7.1 OBS: A inadimplência da empresa com relação a estes encargos não é transferível à UEM e não poderá onerar o objeto do termo de permissão ou restringir a prestação dos serviços contratados.

9.1.8 Somente iniciar a execução dos serviços depois de obtidas as licenças obrigatórias para prestação de serviços neste ramo comercial, tais como de funcionamento, da vigilância sanitária, de incêndio, bombeiros, Prefeitura Municipal, etc.

9.1.9 Providenciar para que todas as regras estabelecidas pelo código de defesa do consumidor e pelos órgãos reguladores para empresas que produzem e/ou manipulem alimentos sejam cumpridas.

9.1.10 Desempenhar suas atividades em consonância com todas as exigências da vigilância sanitária; em especial, as disposições da RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004 da ANVISA, a Portaria CVS nº5 de 09 de abril de 2013 e demais disposições regulamentares.

9.1.11 Realizar serviço periódico de desinsetização e desratização, ficando as respectivas despesas a seu cargo, com frequência mínima a cada 04 (quatro) meses assegurando a higiene do local, sendo que o primeiro serviço deverá ser realizado com o início das atividades, por empresa com alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais.

9.1.12 Responsabilizar-se pelos danos pessoais e patrimoniais causados à UEM ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo em função dos serviços prestados, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela UEM.

9.1.12.1 OBS: A participação da empresa nesta Licitação implica no compromisso pleno e irrevogável de responsabilidade de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, civis, criminais e comerciais eventualmente acarretados a UEM em decorrências de demandas administrativas e/ou judiciais por parte da empresa e seus representantes legais, solidariamente.



9.1.13 A Empresa vencedora deverá praticar preços compatíveis com os da região da UEM e caso haja alguma dificuldade ou impossibilidade em respeitar estes parâmetros, a empresa deverá apresentar planilha de custo ao gestor do termo de permissão de uso justificando outros valores, a ser negociado com a UEM.

9.1.14 A tabela de preços dos produtos comercializados deverá ficar sempre exposta em local visível na cantina, para conhecimento dos usuários e demais autoridades competentes, sob pena de caracterizar descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à sanções administrativas cabíveis, inclusive, a rescisão do respectivo termo.

9.1.15 Caso algum produto comercializado, não conste na tabela de preços exposta, o seu preço deverá estar devidamente etiquetado e visível, junto ao produto.

9.1.16 Em local visível na cantina, deverá ficar sempre exposta uma placa de identificação com um endereço eletrônico institucional que receberá as reclamações e sugestões dos usuários dos serviços de alimentação bem com o telefone e e-mail da fiscalização do Contrato da UEM para reclamações.

9.1.17 A fixação de preços elevados e incompatíveis com os praticados nesta região poderá acarretar a intervenção da UEM e, até mesmo, a rescisão do respectivo termo, por inadimplemento de obrigação contratual.

9.1.18 A empresa deverá encaminhar à Administração Superior da UEM uma cópia da tabela de preços praticada, sempre que houver majoração dos preços, sob pena de rescisão do Termo de Permissão de Uso, caracterizando-se inadimplemento de obrigação contratual.

9.1.19 O reajuste de preços em valores incompatíveis com o praticado na respectiva região, sem anuência da Administração Superior da UEM, caracteriza a hipótese de inadimplemento de obrigação contratual e pode acarretar a rescisão do respectivo Termo de Permissão de Uso.

9.1.20 Zelar para que todos os assuntos pertinentes ao respectivo termo de permissão sejam tratados exclusivamente com o respectivo gestor indicado pela UEM.

9.1.21 Desocupar o espaço físico disponibilizado ao final da vigência da respectiva Permissão de Uso, no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, nas mesmas condições do início das atividades, o que fará independente de qualquer aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial.

9.1.22 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto ou dos materiais empregados.

9.1.23 Responder pelos danos causados à UEM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelos servidores da UEM e pelo gestor deste Termo de Permissão de Uso.

9.1.24 Caberá a empresa com vistas à proteção de suas instalações, complementar, por sua conta, as medidas de segurança do espaço físico disponibilizado, através da instalação de alarmes, grades, cadeados e demais acessórios necessários.

9.1.25 A empresa, antes de instalar qualquer equipamento no espaço físico disponibilizado deverá verificar as condições da rede elétrica, qualquer dano causado em função de má instalação será de inteira responsabilidade desta. Esta consulta deverá ser feita ao Gestor do contrato.

9.1.26 A empresa deverá cuidar da guarda e segurança dos móveis, equipamentos, utensílios e estoque físico dos alimentos, ficando a UEM isenta de qualquer responsabilidade em caso de sinistros.

9.1.27 A empresa cabe manter o espaço físico disponibilizado, dotado de aparelhagem adequada à prevenção e extinção de incêndio e sinistros, mantendo igualmente o seu pessoal instruído quanto ao emprego eficaz daquela aparelhagem.

9.1.28 Executar todos os serviços e observar todas as condições (Obrigações e responsabilidades) definidas no Edital de Licitação e seus Anexos, obedecendo todas as especificações técnicas dos serviços estabelecidos pela UEM.

9.1.29 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

9.1.29.1 que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

9.1.29.2 que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;



9.1.29.3 que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

9.1.29.4 que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

9.1.29.5 que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

9.1.29.6 que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;

9.1.29.7 que respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;

9.1.29.8 que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075 de 1º de abril de 2009.

9.1.30 Desempenhar suas atividades em consonância com todas as exigências da vigilância sanitária; em especial, as disposições da RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004 da ANVISA, a Portaria CVS nº5 de 09 de abril de 2013 e demais disposições regulamentares.

9.1.31 Realizar serviço periódico de desinsetização e desratização, ficando as respectivas despesas a seu cargo, com frequência mínima a cada 04 (quatro) meses assegurando a higiene do local, sendo que o primeiro serviço deverá ser realizado com o início das atividades, por empresa com alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais.

9.1.32 Fica expressamente vedada à comercialização de bens, insumos e serviços incompatíveis com a natureza de uma cantina universitária, em especial, bebidas alcoólicas, cigarros e artigos de tabacaria, qualquer tipo de medicamento, bilhetes lotéricos, caça niqueis e outros serviços afins.

9.1.33 Fica expressamente vedado a utilização de qualquer tipo de alto-falante e/ou congêneres, que produza som ou ruídos, que afete o andamento das aulas.

9.1.34 Fica expressamente vedado o armazenamento de produtos inflamáveis, explosivos corrosivos, tóxicos ou de forte odor.

9.2 São obrigações do Permitente:

9.2.1 Indicar um gestor para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela Permissionária.

9.2.2 Disponibilizar o espaço físico para instalação e prestação dos serviços objeto deste Termo.

9.2.3 Fiscalizar a correta execução dos serviços, inclusive, acompanhando a satisfação ou insatisfação dos usuários, e adotando todas as medidas preventivas e corretivas para solução das questões suscitadas.

9.2.4 Adotar as medidas necessárias para dar condições à Permissionária para prestar os serviços pretendidos, quando necessário e em seu âmbito de responsabilidade.

9.2.5 Zelar para que todos os assuntos pertinentes ao respectivo termo de permissão sejam tratados exclusivamente com o preposto da empresa.

10 DA FORMA DE RECEBIMENTO

10.1 O pagamento da retribuição acrescido das despesas de taxas de água/esgoto e energia elétrica se dará mediante quitação de fatura emitida pela Diretoria de Contabilidade e Finanças da UEM com vencimento todo dia 10 (dez) de cada mês, sob pena de cobrança da multa de 2% (dois por cento) do valor devido, além de correção monetária e juros moratórios de 0,5% e, ainda, conforme o caso, rescisão do termo de permissão de uso.

10.2 O período de faturamento compreenderá do dia 1º (primeiro) ao último dia do mês. A fatura referente ao primeiro mês será cobrada "PRO RATA DIE" e terá como vencimento o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do início das atividades de exploração dos serviços da cantina, que deve ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Permissão de Uso, e será atestado pelo Gestor do Termo de Permissão de Uso, tendo as faturas dos meses seguintes vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente.

10.2.1 Ao final da vigência deste termo de permissão de uso, a última fatura deverá ser cobrada "PRO RATA DIE" e o seu vencimento será de 10 (dez) dias após o final de tal vigência.



10.2.2 O Vencedor Permissionário terá descontos na Retribuição Mensal nos meses de férias acadêmicas, de acordo com o Calendário Anual da UEM, recessos acadêmicos e administrativos e paralisações (greves gerais) das atividades de ensino e administrativas do Campus.

10.2.3 Para o desconto referente ao Calendário Anual da UEM, será utilizada a publicação oficial do calendário acadêmico para o ano letivo, sendo considerados os dias de início e final da aulas.

10.2.4 Para o desconto referente aos recessos acadêmicos e administrativos, será utilizada publicações oficiais da UEM, sendo considerados os dias descritos nos Atos Oficiais.

10.2.5 Para o desconto referente as paralisações (greves gerais) das atividades de ensino e administrativas do Campus, será utilizada publicações oficiais da UEM e/ou publicações oficiais dos devidos sindicatos, sendo considerados os dias descritos nessas publicações.

10.2.6 O percentual de desconto a ser aplicado à Retribuição Mensal tem como base a quantidade de dias sem aulas no mês, conforme a seguinte tabela:

Dias sem aulas*	Desconto (em %)
Até 10 dias	0,00%
De 11 a 20 dias	50,00%
21 dias ou mais	75,00%

10.2.7 *Obs. Os domingos são considerados dias sem aula.

10.2.8 O percentual de desconto aplicado à Retribuição Mensal abrangerá também a taxa de energia elétrica, água e esgoto.

10.3 Caberá ao Permissionário, além do recolhimento da Retribuição Mensal, efetuar o pagamento de água, esgoto e energia elétrica, que comporão a fatura e deverão ser recolhidas integralmente, independentemente, de período de férias ou movimento paredista, de acordo com os valores definidos neste anexo.

10.4 Constitui encargo exclusivo da empresa solicitar a emissão de fatura, caso não a receba com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes de seu vencimento.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1 Em razão da natureza do objeto e a forma como os serviços a serão prestados pela contratada, não se tem a necessidade de garantia contratual.

12. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS.

12.1 Não há exigência de garantia complementar.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022 e na Lei n.º 20.656, de 2021.



13.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

13.7 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13.8. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contrato.

13.8.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.9 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14. DOS CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.2.1 Na hipótese de rescisão contratual, independentemente do motivo, tais como perempção, caducidade, término do prazo ou inadimplemento de obrigação assumida, a Permitente não procederá nenhuma indenização ou ressarcimento à Permissionária, em especial, a título de reversão.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Permissionário, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. DA DEVOLUÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO OBJETO DA PERMISSÃO:

Encerrado o prazo da permissão de uso ou, ainda, em caso de rescisão antecipada, a Permissionária deverá, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, desocupar e devolver o espaço utilizado, no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, devidamente pintado, renunciando expressamente a qualquer direito à título de indenização ou retenção pelas eventuais benfeitorias realizadas, sejam úteis, necessárias ou voluptuárias, cessando, de imediato, a prestação dos serviços.

16. DO ENCAMPAMENTO OU RESGATE DOS SERVIÇOS:

Por motivo de conveniência administrativa ou interesse público, devidamente motivado, a UEM poderá encampar ou resgatar os serviços antes do vencimento da Permissão de Uso, ingressando de imediato na posse e administração do serviço de cantina e resolvendo posteriormente o pagamento dos prejuízos eventualmente causados, excetuados os lucros cessantes.



17. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

17.1 Este Termo de Permissão de Uso poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

17.4 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

18. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1 O Permissionário e o Permitente, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

18.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis a própria execução dos serviços por parte do Permissionário, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do Permitente, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

18.3 Os dados tratados pelo Permissionário somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste Termo de Permissão de Uso, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo Permitente;

18.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o Permissionário realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

18.5 o Permissionário deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

18.6 o Permissionário dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

18.7 O eventual acesso, pelo Permissionário, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o Permissionário e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente Termo e após o seu encerramento.

18.8 O encarregado do Permissionário manterá contato formal com o encarregado do Permitente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

18.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do Permitente, o Permissionário poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste Termo, no tocante a dados pessoais.

18.10 o Permissionário responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

18.11 Os representantes legais do Permissionário, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar



termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

18.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

18.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste Termo de Permissão de Uso serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

18.14 O Permitente poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Permissionário, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

18.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do Permitente, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao Permissionário.

18.16 Encerrada a vigência do Termo de Permissão de Uso ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Permissionário providenciará o descarte ou devolução, para o Permitente, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

18.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do Permitente à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 Integram o presente Termo de Permissão de Uso, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Permissionário durante a licitação.

19.2 Este Termo de Permissão de Uso é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

19.3 O Permitente enviará o resumo deste Termo de Permissão de Uso à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do Termo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

19.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

**ANEXO VII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 90050/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

**ANEXO VIII****DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal



ANEXO IX

MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS (vistoria)

À

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Pregão Eletrônico n.º 90050/2026

Objeto: _____

A Empresa _____, CNPJ/MF _____,
com sede na cidade de _____, estado do _____, sito à Rua _____,
n.º _____, CEP _____ – _____, Telefone (____) _____, E-mail _____,
declara o abaixo:

Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde será instalado os serviços de cantina, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros a existência de alguma situação impeditiva ou que dificulte o cumprimento das obrigações contratuais, caso declarada vencedora, em função da localização, tamanho ou condições de conservação da edificação e da obrigação de manutenção dos ambientes em que os serviços serão prestados, etc.

_____, ____ de _____ 20__.

Responsável Técnico do Licitante pela visita Nome: Assinatura:	
--	--

Documento: **EDITAL900502026EProtoc25.933.7259.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ademilson Lemes do Prado (XXX.709.669-XX)** em 15/06/2026 08:45 Local: UEM/PAD/DMP/COP/LIC.

Assinatura Simples realizada por: **Robson Goncalves da Silva (XXX.434.259-XX)** em 15/06/2026 08:53 Local: UEM/PAD/DMP.

Inserido ao protocolo **25.933.725-9** por: **Marina Hisae Hirose** em: 15/06/2026 07:23.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: